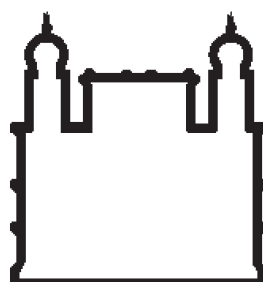




Pós-Graduação em
Atenção Básica em Saúde da Família

Objeto de
Aprendizagem

As políticas de saúde no
Brasil após 1990



FIOCRUZ
MATO GROSSO DO SUL

As políticas de saúde no Brasil após 1990

Objetivo: Descrever os desafios para implementação do SUS, desde as questões de financiamento até a formação de recursos humanos.

A partir da década de 90 houve no País vários movimentos em direção à implementação do SUS, alguns que contribuíram e outros que dificultaram a consolidação do sistema de saúde proposto na Constituição e nas Leis 8.080 e 8.142.

Sanitaristas que participaram do movimento da Reforma Sanitária indicam o subfinanciamento do SUS como um importante nó crítico para a consolidação do SUS. A instabilidade dos parâmetros sobre gastos em saúde constitui-se um risco para uma das maiores conquistas da sociedade brasileira, comprometendo a prestação de um serviço de qualidade e acessível a todos (WAGNER, 2011). Na Emenda Constitucional 29, publicada no ano 2000, estava previsto que os municípios deveriam investir na saúde pelo menos 15% seu orçamento proveniente da arrecadação de impostos e os estados 12% (BRASIL, 2000). Tal emenda só foi regulamentada pelo Senado em 2011, e sancionada pela presidente Dilma em 2012, com alguns vetos. Permaneceram os percentuais mínimos de investimento estabelecidos para os municípios e estado. Outro aspecto que deve ser mencionado é que atualmente os municípios de pequeno porte não têm orçamento suficiente para o pagamento dos salários dos profissionais de saúde, em especial dos médicos, dificultando a fixação destes profissionais nos serviços de saúde.

Ainda em relação ao financiamento, a Atenção Básica foi priorizada nos últimos anos, observando-se aumentos progressivos de recursos da União destinados à implantação de equipes de Saúde da Família em todo o país. Segundo o atual Ministro da Saúde, Arthur Chioro, entre 2010 a 2014 houve um aumento no orçamento para a Atenção Básica de 104%. Entretanto, ainda permanecem muitos desafios, e o movimento da Reforma Sanitária e a consolidação do SUS é um processo inacabado. Permanece no imaginário de um número expressivo de brasileiros que o SUS é ruim e a saúde suplementar (planos de saúde privados) têm crescido progressivamente. De acordo com Gastão Wagner, em 2005 o financiamento da saúde suplementar ultrapassou o da saúde pública. Para reverter essa situação é necessário que a sociedade e o poder público assumam que querem construir um sistema universal dominante em relação ao sistema suplementar, e que tal discurso se reverta em ações para que tenhamos um sistema de saúde universal, equânime e de qualidade (WAGNER, 2011).

Outro desafio para a implementação do SUS é a formação dos profissionais da saúde. Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em saúde estabeleçam que o processo formativo deva ser voltado para o Sistema de Saúde vigente no País, e contemplar os três níveis de atenção, ainda são incipientes as iniciativas de implementação efetiva de projetos pedagógicos e currículos que atendam a tais recomendações. A formação em saúde ainda prioriza o modelo biomédico do processo saúde-doença e os procedimentos técnicos e especializados. Os determinantes sociais da saúde, clínica ampliada, as tecnologias leves e as políticas públicas de saúde não ocupam o devido lugar nos cursos de graduação em saúde. Nesta perspectiva, em busca de suprir tais lacunas, atualmente estão vigentes várias políticas indutoras de mudanças na formação dos profissionais de saúde, tanto no âmbito da graduação como da pós-graduação, como o PRÓ-SAÚDE, PET-SAÚDE, Residências Multiprofissionais em Saúde, UNA-SUS, entre outras.

Tudo o que vimos até aqui indica que, no caso do SUS, além de construir, ainda é preciso resistir, e muito, contra as forças sociais que buscam um projeto hegemônico de cunho privatista na área da saúde. Ao concluirmos este capítulo, reafirmamos que em cada momento

histórico de cada sociedade, forças sociais se aliam e se enfrentam, buscando assegurar a hegemonia de seus projetos. O resultado das vitórias e das derrotas é vivido, no cotidiano, por todos nós. O direito à saúde e outras importantes histórias de lutas e conquistas efetivas, capazes de indicar o que é possível fazer coletivamente, são, entretanto, pouco lembrados no dia-a-dia. Se a bandeira de luta da Reforma Sanitária obteve êxitos consideráveis no que se refere à formalização dos direitos, como vimos, não há, entretanto, dúvidas sobre o que ainda precisa ser feito.

Assim, pretendemos que os estudos deste curso contribuam para que vocês, profissionais da saúde, por meio das reflexões e conhecimentos deflagrados nas discussões, construam, (des)construam e (re)construam suas práticas e seu processo de trabalho junto aos serviços de saúde aos quais estão vinculados, buscando a transformação da realidade da saúde do território em que atuam.